

“Tudo mesmo”

(Deixão - Presidencial)

O povo brasileiro sabe que farei tudo, mas tudo mesmo, para proteger o real. No Palácio do Planalto, a frase acima tem sido mencionada como o ponto principal do pronunciamento feito pelo presidente Fernando Henrique Cardoso quarta-feira, sublinhando-se a expressão “tudo mesmo”.

É nela que está o busílis, como se dizia antigamente, porque ninguém sabe até onde vai a imaginação do presidente em matéria de enfrentar problemas do tamanho de um déficit de 7% do Produto Interno Bruto, na velocidade requerida pela crise.

O que ele anunciou no discurso – conclusão e regulamentação das reformas administrativa e da Previdência, emendas na área trabalhista, proposta de reforma tributária e cortes, muitos cortes – é importante, mas não é tudo, muito menos, “tudo mesmo”. Trata-se apenas da reafirmação de antigas necessidades, provavelmente tornadas inevitáveis pelos últimos acontecimentos internos e externos.

Mesmo algumas idéias tidas como inovadoras, como o gatilho sobre o Orçamento anunciado pelo porta-voz Sergio Amaral, são tão engenhosas quanto complicadas de se cumprir. O tal gatilho seria acionado como um facão sobre as despesas públicas toda vez que o superávit primário (receitas menos despesas, excluindo a conta de juros) ameaçasse ficar abaixo do planejado pelos economistas do governo.

Duvida-se, no momento, da constitucionalidade do mecanismo, que viria ao mundo na forma de medida provisória para ter efeitos sobre a Lei Orçamentária, razão de ser do Poder Legislativo nos países civilizados. As resistências ao gatilho são discretas, porém, firmes.

Em certas áreas, o discurso do presidente foi recebido com mais apreensão do que festa pela decisão, tardia, de enfrentar os problemas mais dramáticos da organização do Estado. Trata-se de pessoas que conhecem

bastante as amarras políticas e institucionais diante das quais o País de encontra. Vislumbram que algo mais está sendo planejado, mas não foi ou não poderia ser dito, com a clareza e a transparência que o presidente da República quis exibir à Nação.

A reforma tributária é um dos nós (talvez nem seja o mais importante), mas sabe-se que não se altera o pacto federativo na mesma velocidade em que se mandam os juros para o espaço. Numa audiência com prefeitos, horas depois do discurso, o presidente disse com todas as letras que não espera ver a reforma tributária aprovada tão cedo. Está decidido apenas a cumprir sua parte, enviando uma proposta ao Congresso. Nesse caso, na melhor das hipóteses poderíamos ter um ganho fiscal (pela racionalização dos

impostos, não aumento de taxas) ali pelo ano 2000.

Isso não combina com a meta de superávit estabelecida para o próximo ano, dado que o presidente considera crucial. Abre-se, portanto, um enorme ponto de interrogação. Para dar velocidade ao ajuste, seria necessário mudar os mecanismos de decisão da República. A receita para isso está na prateleira: a convocação da tal “miniconstituinte limitada”, que poderia modificar

as regras em vigor, inclusive a que estabelece o princípio da anualidade, mandando que sejam cobrados no ano que vem os impostos criados hoje.

A “miniconstituinte” assusta porque é um remédio milagroso. Ela reduz ao quórum de metade mais um os atuais três quintos dos votos necessários para alterar a Constituição. Foi proposta por um líder do PDT, o deputado fluminense Miro Teixeira, mas já tem fórmula Tucana, copiada pelo deputado paulista Antônio Kandir. Pode encantar o Palácio do Planalto e a liderança aliada, mas abre caminho para uma longa batalha jurídica. Talvez seja o caminho para o presidente fazer “tudo mesmo”.



■ Ricardo Amaral é jornalista

Para dar velocidade ao ajuste, seria necessário mudar os mecanismos de decisão